****ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 2º BIÊNIO****

Aos vinte e cinco do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 10:00 horas, em uma videoconferência por meio da ferramenta “Teams”, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: sra. Mariana Brito, representante titular de SGM; a sra. Amanda Souza, representante suplente de SGM; o sr. José Roberto de Campos Lima, representante titular de SME; a sra. Matilde Aparecida da Silva Franco Campanha, representante suplente de SME; a sra. Isabela Grilo Pessoni, representante titular de SMDHC; a sra. Juliana André Nunes, representante suplente de SMS, a sra. Marcela Garcia Corrêa a sra. Fernanda Abreu da Silva, representante titular do Conselho Tutelar, o sr. Esequias Marcelino da Silva Filho, representante suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o sr. Adolfo Pereira de Mendonça, representante suplente do Centro de Recuperação e Educação Infantil (CREN); a sra. Maykelen Goulart Lino Fontoura, representante suplente do Poder Legislativo e a sra. Suelem dos Santos Rolim representante suplente da Fundação Comunidade da Graça. Além disso, estavam presentes também a sra. Débora Gambetta Paim e o sr. Eduardo dos Anjos Barboza, de SGM; a sra. Marielza Micheli Silva, a sra. Vivian Lie Kato de Lima e a sra. Maria Ines Shigekawa, de SMADS.

A sra. Mariana (SGM) inicia a reunião retomando o contexto que levou à convocação de uma reunião extraordinária, a saber: após a realização da última reunião da Comissão de Avaliação, em que foram discutidos os relatórios do Balanço da implementação do PMPI em 2021 e da apresentação de tais relatórios no dia 05 de agosto na Semana Municipal da Primeira Infância, a equipe de SGM começou a trabalhar na diagramação de um documento comum que irá conter todos os relatórios apresentados, com uma capa geral e outras específicas para cada relatório, além de um resumo executivo com reflexões coletivas da Comissão de Avaliação, em especial os desafios levantados, mas possivelmente também avanços ou outros conteúdos que entenderem pertinente. A sra. Mariana mostra uma versão preliminar do documento diagramado para efeito de ilustração.

A sra. Mariana (SGM) então pergunta se os representantes da Comissão que produziram relatórios conseguem enviar os relatórios em formato aberto até o dia seguinte para que possam ser incluídos no documento único. A sra. Débora (SGM) esclarece que o relatório do CMDCA já foi compartilhado, inclusive em formato aberto. O sr. Adolfo (CREN) informa que irá verificar com a representante Maria Paula, mas que acredita ser possível. Em seguida, a sra. Maykelen (Legislativo) se apresenta, dado que nova representante suplente do Poder Legislativo, e informa que vai perguntar à equipe da Vereadora Janaína Lima, que elaborou o relatório.

Ao comentar que foram identificados desafios constantes no Resumo Executivo a ser discutido nesta reunião, a sra. Mariana (SGM) reforça a necessidade de participação dos membros da Comissão no Grupo de Trabalho destinado à metodologia do sistema de monitoramento e avaliação do PMPI. A sra. Débora (SGM) explica que na semana anterior foram retomados os trabalhos após a conclusão do processo de Balanço, agora focados na seleção de indicadores de alcance das Metas do PMPI, mas houve uma participação reduzida, e que, embora a participação não seja obrigatória, o convite continua aberto a todos e todas que se interessem. A sra. Mariana pergunta quais seriam os atores que haviam demonstrado interesse em participar inicialmente, ao que a sra. Débora (SGM) responde: além de SGM, os representantes do CREN, das secretarias municipais de Educação, Saúde e Direitos Humanos, do Legislativo, ainda que não tenham comparecido às reuniões, e do CMDCA.

A sra. Mariana (SGM) esclarece que na última reunião estiveram presentes apenas representantes de SGM e SME e, dado o tema específico de discussão - indicadores - e o convite pode ser estendido a técnicos mais especializados em indicadores, especialmente nas secretarias municipais. A sra. Juliana (SMS) esclarece que não compareceu pois estava de férias, mas que o seu papel é justamente este de fazer a interlocução e identificar as áreas técnicas mais específicas que podem participar do processo. Além disso, a sra. Juliana (SMS) pede que seja atualizada sobre o que foi discutido em reunião, ao que a sra. Débora (SGM) responde que no início da próxima reunião será retomado o que foi discutido anteriormente sobre os indicadores de integração das políticas. A sra. Mariana (SGM) complementa que esta seria a dinâmica de todas as reuniões, uma vez que é preciso validar as alterações acatadas. A sra. Juliana (SMS) se coloca à disposição para participar.

A sra. Mariana (SGM) então levanta a possibilidade de aumentar a frequência das reuniões do grupo de trabalho, talvez torná-las semanais, afim de dar conta da seleção dos indicadores, os quais serão posteriormente validados no âmbito desta Comissão de Avaliação.

A sra. Débora (SGM) então apresenta o rascunho do Resumo Executivo preparado pela equipe de SGM em sua tela, o qual a sra. Mariana lê, enquanto pergunta se há considerações sobre o texto:

“*Em novembro de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou o Decreto nº 58.514/18, que instituiu o primeiro* [*Plano Municipal pela Primeira Infância*](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf) *(PMPI) da cidade, que traz metas e estratégias voltadas a promover e assegurar os direitos de crianças de 0 a 6 anos, especialmente as mais vulneráveis, até 2030, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O decreto municipal prevê o acompanhamento anual de sua implementação, atendendo também à exigência prevista no inciso VI, do art. 4º, da Lei Municipal nº 16.710/17, que dispõe sobre a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, de “monitoramento permanente, avaliação periódica e ampla publicidade das ações e dos resultados” das políticas públicas pela primeira infância.*

*Por meio da Resolução 02/CGIPMIPI/2019, o Comitê Gestor Intersetorial instituiu a Comissão de Avaliação, instância pertencente à estrutura de governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância responsável pelo monitoramento e avaliação do PMPI. Tal comissão é composta por membros do Poder Executivo, Legislativo, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e também da Sociedade Civil, cujos representantes são eleitos para mandato de dois anos. Atualmente, participam da comissão o CREN – Centro de Recuperação e Educação Nutricional e a Fundação Comunidade da Graça, em mandato que se iniciou em 2021 e se encerrará em 2023.*

*Este documento constitui o 3º Balanço Anual do PMPI e é composto por relatórios preparados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, CMDCA e Sociedade Civil, nos quais constam as ações implementadas e os recursos mobilizados no ano de 2021, por esse conjunto de atores, para o avanço no alcance das metas definidas no PMPI para 2030. Os relatórios a seguir evidenciam significativos avanços na implementação do PMPI. Entretanto, em análise conjunta, os membros da Comissão de Avaliação identificaram desafios relacionados tanto ao processo de monitoramento quanto à implementação e efetivação das diretrizes do PMPI:*

1. *Entende-se necessária a qualificação dos processos e fluxos de monitoramento e avaliação do PMPI para torná-los mais tempestivos, úteis e metodologicamente consistentes. Nesse sentido, em 2022, antes da publicação deste documento, foi estabelecido um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Avaliação do PMPI destinado a desenvolver um Sistema de monitoramento e avaliação para o plano.*
2. *No âmbito deste trabalho, também foi identificada a necessidade de estabelecer indicadores que permitam monitorar especificamente o alcance das metas do PMPI bianualmente, como previsto no Decreto nº 58.514/18.*
3. *Além disso, permanece desafiadora a inclusão da perspectiva dos atores da ponta, representados principalmente pelos Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância, das famílias e das crianças nos processos de monitoramento e avaliação do PMPI. Nesse sentido, já se pode vislumbrar que tais perspectivas serão incluídas na avaliação de impacto do PMPI, prevista para ocorrer a cada quatro anos.*
4. *A territorialização de informações utilizadas na produção dos relatórios de Balanço também se apresenta desafiadora. Faz-se necessário localizar as ações no território e desenvolver uma metodologia para a apresentação desses dados de forma georreferenciada.*
5. *Em que pese o empenho dos representantes da sociedade civil na Comissão de Avaliação em mapear as organizações que atuam com primeira infância no município, a compreensão das ações da sociedade civil e setor privado que contribuem para a implementação do PMPI ainda permanece um desafio. Faz-se necessário não apenas desenvolver e aplicar uma metodologia para a realização de um diagnóstico da atuação de organizações da sociedade civil e empresas em prol da primeira infância em São Paulo, como estabelecer canais que permitam ampliar a participação desses atores nos processos de monitoramento e avaliação.*
6. *No que diz respeito à relatoria do CMDCA, identificou-se também a necessidade de aprimorar a metodologia de coleta de dados relativos aos projetos com financiamento do FUMCAD para além da parceirização. Isto é, desenvolver estratégias para a coleta e análise de dados relativos aos projetos financiados pelo fundo enquanto contribuições da sociedade civil para o alcance das metas do PMPI.*
7. *Além disso, foi levantada a possibilidade de o relatório do poder executivo incorporar informações atualmente presentes nos relatórios do CMDCA, principalmente no que diz respeito às contribuições do órgão para a implementação da Estratégia “Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.” (Eixo I, Meta 5).*
8. *Por fim, nota-se que a transparência em relação à utilização de recursos para a implementação do PMPI pode ser aprimorada. Nesse sentido, fazem-se necessários o aperfeiçoamento do OPI como ferramenta de planejamento e sua integração com os processos de monitoramento do PMPI.*”

Sobre os primeiros três desafios, a sra. Mariana (SGM) esclarece que 1) o monitoramento bianual ainda não foi realizado, uma vez que necessita da seleção prévia de indicadores, processo que está em desenvolvimento no momento; 2) A inclusão da perspectiva de atores da ponta é algo abordado com frequência pela Maria Paula (CREN), mas há convergência, e que especificamente a escuta das crianças pode acontecer nos outros processos, mas neste primeiro momento atribui-se a questão à avaliação de impacto do PMPI a ser construída.

A sra. Mariana (SGM) esclarece, ainda que se entenda que os avanços na implementação do PMPI estão contemplados nos relatórios do Executivo, do Legislativo, do CMDCA e da Sociedade Civil, foram pontuados no Resumo Executivo apenas os desafios e pergunta aos demais se vale a inclusão de avanços. A sra. Mariana (SGM) também questiona sobre a pertinência do que foi incluído no texto, a validade de publicizar os pontos levantados. O sr. Adolfo (CREN) então responde que é interessante e útil publicizar os desafios em questão. A sra. Mariana (SGM) esclarece que é uma inovação em relação aos relatórios anteriores e pode ser interessante também em relação à transparência e pergunta sobre a suficiência do texto que foi apresentado.

Em relação aos primeiros pontos, a sra. Juliana (SMS) comenta que ficou claro, é importante trazê-los, que não desmerece o trabalho que vem sendo realizado, mas identifica desafios que estão sendo abordados. Sobre o item 4, seria interessante trazer a importância da territorialização em uma cidade como São Paulo, suas características. A sra. Mariana (SGM) então informa que o texto ficará aberto até o final do dia, será acatada a sugestão da sra. Juliana (SMS) e se alguém quiser pode fazer complementações pode colocar neste link. A sra. Débora (SGM) esclarece que o link está disponível no chat e serão consideradas contribuições inseridas até o final do dia.

Adiante, sra. Mariana (SGM) esclarece que a reunião cumpriu o seu objetivo, uma vez que foi abordado o texto do resumo executivo e realizado o convite para o grupo de trabalho. O sr. Adolfo (CREN) então pede o prazo até segunda-feira, dia 29, para envio do relatório da Sociedade Civil, que é acatado, com a explicação de que o documento único irá facilitar a divulgação do Balanço de 2021 do PMPI.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Mariana (SGM) encerra a reunião às 11:00 horas e eu, Débora Gambetta Paim, lavrei a presente ata, que após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos membros da Comissão presentes.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.